



**Dervish**

Engenharia & Consultoria Ltda.

À

Comissão Permanente de Licitação do FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA  
EDUACACAO/DF

At. Comissão de Licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023**

**CADASTRO COMPRAS GOVERNAMENTAIS 11/2023**

**CÓDIGO UASG: 153173**

Processo Administrativo nº 23034.037076/2022-12

*OBJETO: "prestação do serviço de engenharia para fins de supervisão de ações de infraestrutura (tais como construção, reforma, ampliação e instalação) financiadas com recursos federais, em todo o território nacional, a serem realizadas, com emissão de Relatório de Supervisão e Laudo Técnico de Supervisão da Obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos"*

A DERVISH ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ:03.188.098/0001-40, sediada à Rua Lindolfo de Azevedo, 857 – Jardim América – Belo Horizonte –MG- Cep: 30.421-382 – MG, Cel/Whatsapp: (31) 99956.0786, e-mail: [dervish@terra.com.br](mailto:dervish@terra.com.br) representada por seu Representante Legal, o Engº Civil Cláudio Scuotto de Souza, CPF: 790.269.316-20, vem pelo presente, tempestivamente, com fundamento no item 11.1 do edital, interpor RECURSO em face da decisão do Sr. Pregoeiro que habilitou e classificou a empresa CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA. CNPJ: 38.027.876/0001-02, conforme as razões a seguir apresentadas.

## DA TEMPESTIVIDADE

A DERVISH ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA esclarece que está apresentando seu recurso em tempo hábil em razão de a Comissão de Licitação em 03/07/2025 ter definido como data limite para recurso o dia 08/07/2025 sendo, portanto, tempestivo o recurso ora apresentado, conforme Imagem 1 abaixo.

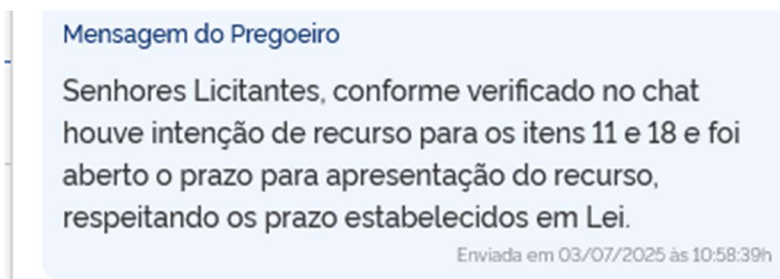


Imagem 1, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.



## RAZÕES DO RECURSO

### 1. Documentação ausente

A CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02, descumpriu convocação do pregoeiro e não forneceu documento no prazo oficial estipulado.

Convocação do Pregoeiro às 15:20hs, do dia 12/06/2022, havia demandado à referida empresa o envio de propostas para o item 11 pelo sistema COMPRASNET, tendo como prazo o período de 02:10hs, ou seja, de 15:20hs até o limite de 17:30hs.

Conforme as impressões abaixo de mensagens em tela do pregoeiro, Imagens 2, 3 e 4 abaixo, a empresa não cumpriu a demanda. Cabe salientar que as demais empresas convocadas para outros itens apresentaram sua documentação.

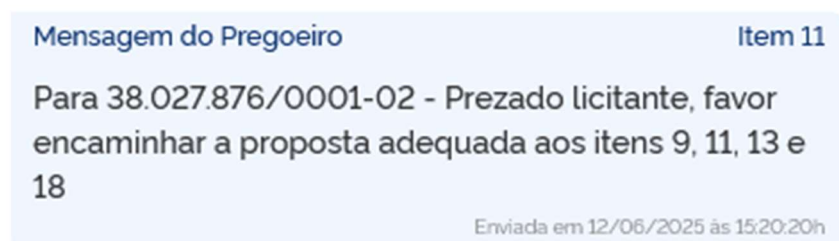


Imagem 2, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.

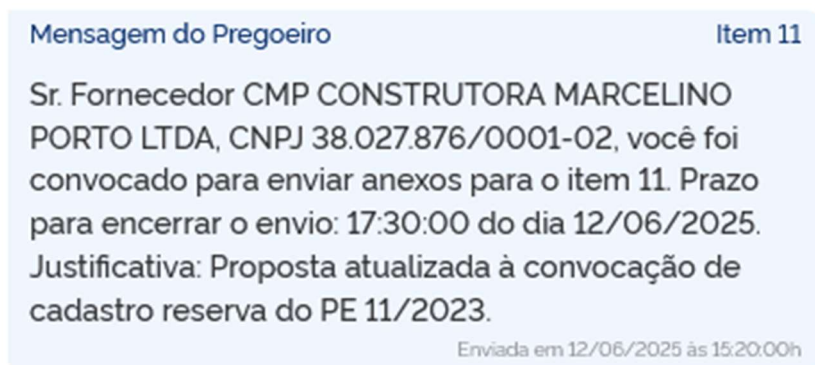


Imagem 3, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.

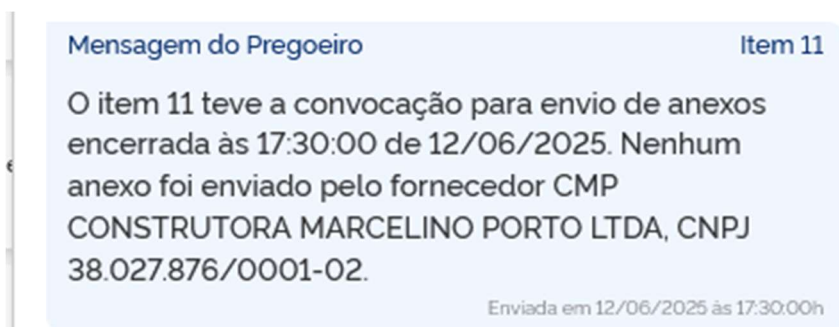


Imagem 4, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.



O item 4.14 pagina 08/21 do Edital Pregão Eletrônico deixa claras as responsabilidades do licitante, abaixo reproduzido integralmente:

*4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.*

Conforme acima descrito, nas mensagens do Pregoeiro e do Sistema foi constatado que a empresa CPM não atendeu ao que foi estabelecido no instrumento convocatório que pedia a inserção de documentos / anexos exigidos no edital tanto para proposta, habilitação fiscal, habilitação técnica e demais documentos no prazo determinado.

## **2. Subcontratação**

A CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02, não comprova o cumprimento da determinação estabelecida em edital, a que trata da não admissão de subcontratação.

No Termo de referência item 4 – Requisitos de contratação, página 6/27 não se admite subcontratação do objeto contratual:

### **Subcontratação**

*4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

A empresa, em seu ofício, página 02, informa acerca da exequibilidade que:

***“A empresa dispõe de uma rede nacional de engenheiros e arquitetos, superior a 200 profissionais, organizados regionalmente, com rotas otimizadas e um modelo operacional que privilegia escalabilidade, baixo custo logístico e eficiência técnica.”***

Diante dessa declaração, vale o questionamento: estes 200 profissionais que a empresa declara dispor em rede nacional são subcontratados?

Se são subcontratados, então o Termo de Referência está claramente infringido, pois este não permite tal contratação.

Seriam, então, os 200 profissionais declarados terceirizados e se submeteriam ao termo de referência, nos itens 8.36 ao 8.40.3, onde as regras e comprovações de experiências são determinadas conforme reprodução a seguir?

*8.36. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor*



---

*de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):*

*8.36.1. Para o Engenheiro Civil e/ou arquiteto: serviços de execução, e/ou fiscalização, e/ou acompanhamento de obras educacionais, e/ou residenciais e/ou comerciais.*

*8.37. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.*

*8.38. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*8.39. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

*8.39.1. Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado da respectiva CAT, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- CREA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove que os Responsáveis Técnicos da área de engenharia civil, possuem experiência no Gerenciamento e Fiscalização de Obras, em edificação com características semelhantes ao objeto desta contratação.*

*8.39.2. A exigência de atestados deve ser restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/21).*

*8.40. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

*8.40.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

*8.40.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da*



*contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

*8.40.3. Os atestados serão restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/21);*

### 3. Não exequibilidade

3.1. A CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02, não comprova sua própria afirmação de a) ter experiência e b) ter firmado contrato de exclusividade com o Banco do Brasil.

No **OFÍCIO DE EXEQUIBILIDADE** apresentado pela referida empresa, destacamos os seguintes trechos no Item **IV – CONTRATOS SIMILARES E EXPERIENCIA COMPROVADA** (pag 02/94) em que afirma:

*“A CMP possui vasta experiência em contratos semelhantes:*

*- Contratada exclusiva pelo Banco do Brasil para vistorias de crédito imobiliário (RJ, MG, ES) com valores de R\$ 280,00 por laudo;*

*.....*

*Esta atuação, a nível nacional, iniciou-se por contrato com o Banco do Brasil, quando este se lançou no crédito imobiliário, em 2009, para que fossem avaliados milhares de imóveis, de forma que a CMP foi a contratada, exclusiva, destes serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.”*

No site oficial do Banco do Brasil relacionado a compras e contratações (<https://www.bb.com.br/site/compras-contratacao-e-venda-de-imoveis/compras-e-contratacoes/aviso-e-editais/>), é possível realizar a verificação do Edital 2024.00940 (7421) e mais de 1.800 contratos firmados com empresas pelo Banco Do Brasil até abril de 2025.

Verifica-se ali que:

a) Na relação de contratados do Banco do Brasil a empresa CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA não está relacionada.

b) O Banco do Brasil realiza contratos de credenciamento por meio de edital e não há contrato **“EXCLUSIVO”** com nenhuma empresa.

Também não se sustenta a afirmação de valor pago pelo Banco do Brasil pela empresa (R\$ 280 por Laudo). A fiscalização de obra em unidade habitacional é de R\$ 1.010,00 (RAE-304), data base 06/2024, que é o valor para a localidade da sede da empresa; em caso de deslocamento



para outro município que não seja a sede da companhia haverá o pagamento de deslocamento, conforme definido no edital.

A CPM apresenta contratos firmados com órgãos públicos, mas não expõe o declarado contrato com o Banco do Brasil em que assegura exclusividade e experiência similar.

Portanto, as afirmações contidas no **OFÍCIO DE EXEQUIBILIDADE** da empresa não possuem qualquer alicerce que as sustente com solidez e não gere desconfiança e risco à que a administração pública poderá se sujeitar.

3.2. A CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02, não demonstra a exequibilidade de sua proposta para o item 11, Minas Gerais, ao custo de R\$ 795,00/supervisão.

Tal valor teria sido calculado, com **data base de dezembro de 2023**, para pagamentos a profissionais, despesas operacionais e demais custos, o valor mínimo para a execução de supervisões no estado de Minas Gerais.

Verifica-se, entretanto, a incoerência de indicadores apresentados pela empresa no item III – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E EXEQUIBILIDADE em seu OFÍCIO EXEQUIBILIDADE, conforme abaixo:

### ***III – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E EXEQUIBILIDADE***

***O custo médio da CMP por relatório técnico situa-se entre R\$ 640,00 e R\$ 690,00, considerando:***

- Pagamento a vistoriadores: entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00***
- Custo indireto médio: R\$ 45,00***
- Supervisão técnica: R\$ 150,00***
- Carga tributária efetiva (Lucro Presumido): 16,33%***

***Os preços ofertados, portanto, cobrem os custos diretos, indiretos e tributários, com margem de lucro equilibrada, condizente com as práticas de mercado e com a complexidade dos serviços prestados.***

Ao se considerar o valor mínimo para cada supervisão como R\$ 807,57 (oitocentos e sete reais, cinquenta e sete centavos), com a incidência de impostos, já se percebe ser este indicador superior ao indicado pela empresa. Isso impõe a seus números prejuízo certo.

Outro aspecto a se considerar e de forma decisiva, é o fato de o edital e o termo de referência não garantirem volume de serviço. A demanda será efetuada por Ordem de Serviço, o que torna a diluição de custos fixos inviável, impactando de forma ainda mais severa e definitiva a frágil projeção econômico-financeira e sua suposta execução contratual.





## 4. Princípios constitucionais

Além de não atender ao chamamento para inserção dos documentos em prazo determinado, conforme demonstrado anteriormente neste documento, a empresa CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02, obteve o benefício de nova convocação para envio de anexos indevida em 25/06/2025, conforme impressão de imagens de tela das mensagens do pregoeiro a seguir (imagens 5 e 6).

Em se mantendo essa decisão, estarão feridos os princípios da **LEGALIDADE** (quebra de regras do edital) e da **ISONOMIA** entre os participantes (condições diferentes entre as empresas licitantes).

### Mensagem do Pregoeiro

Item 11

Sr. Fornecedor CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA, CNPJ 38.027.876/0001-02, você foi convocado para enviar anexos para o item 11. Prazo para encerrar o envio: 17:45:00 do dia 25/06/2025. Justificativa: Envio de documentação de habilitação devidamente atualizado. Solicitamos especial atenção ao item 8.26 do TR..

Enviada em 25/06/2025 às 15:43:48h

Imagem 5, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.

### Mensagem do Participante

Item 11

De 38.027.876/0001-02 - O item 11 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:29:40 de 25/06/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA, CNPJ 38.027.876/0001-02.

Enviada em 25/06/2025 às 16:29:40h

Imagem 5, impressão de tela de mensagem do pregoeiro.

## DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Diante do exposto, evidenciou-se que a demonstração de capacidade técnica da referida empresa é insuficiente e se limitou a descrever um modelo genérico operacional, mascarando possível subcontratação não permitida no edital e declarando, fortuitamente, contratação exclusiva com o Banco do Brasil e os valores supostamente praticados na prestação de serviços similares. Tais informações demandam esclarecimentos a esta ADMINISTRAÇÃO.



Outro aspecto de destaque diz respeito à exequibilidade da proposta quando projetados os custos indicados e a incidência de carga tributária mínima. Estima-se um custo mínimo de R\$ 807,57 por supervisão, ultrapassando ao valor ofertado pela empresa para o lote 11 de R\$ 795,00 por supervisão ao LOTE 11 Minas Gerais. O que a empresa propôs é notoriamente inviável.

Assim demonstrado, a DERVISH ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA, respeitosamente, a requer da Comissão de Licitação que acolha o presente recurso, reforme sua decisão e declare DESCLASSIFICADA a empresa CMP Construtora Marcelino Porto Ltda, CNPJ: 38.027.876/0001-02 no lote 11, reclassifique a empresa Dervish Engenharia ou a próxima licitante apta na ordem de classificação original, nos termos da legislação aplicável e das regras previstas no edital, assegurando-se a continuidade do certame em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Em razão do exposto, REQUER, respeitosamente a requerente.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

**DERVISH ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA**

CNPJ: 03.188.098/0001-40

CLÁUDIO SCUOTTO DE SOUZA

ENGENHEIRO CIVIL